



ESPECIALIZAÇÃO EM

EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO
CULTURAL E ARTÍSTICO

ALINE CRISTINA PINHEIRO BARROSO

**A INSERÇÃO DE ELEMENTOS CONTEMPORÂNEOS EM EDIFÍCIOS
COLONIAIS DA CIDADE DE GOIÁS - UM ESTUDO DE CASO**

BRASÍLIA-DF

2018

ALINE CRISTINA PINHEIRO BARROSO

**A INSERÇÃO DE ELEMENTOS CONTEMPORÂNEOS EM EDIFÍCIOS
COLONIAIS DA CIDADE DE GOIÁS - UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu- a distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto

BRASÍLIA-DF

2018

PÓLO GOIÁS-GO

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa primeiramente à Deus, por me permitir viver este momento, e por me iluminar, abençoar meu caminho e minha vida. Dedico também aos meus pais e meus irmãos queridos que sempre me incentivaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor orientador Clovis Carvalho Britto, por contribuir nesta pesquisa com seus conhecimentos de forma clara e inteligente, com infinita generosidade, apoio e compreensão. À professora Elaine Ruas, por sempre demonstrar pensamentos positivos, por sua prestatividade, e dedicação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – EDIFICAÇÕES COLONIAIS E SISTEMAS CONTRUTIVOS	14
1.1. Formação das cidades no Brasil Colônia e suas edificações	14
1.2. Sistemas construtivos em edificações coloniais	17
1.2.1. – <i>Taipa de Pilão</i>	18
1.2.2. – <i>Adobe</i>	19
1.2.3. – <i>Pau-a-Pique</i>	20
1.2.4. – <i>Pedra</i>	21
1.2.5. – <i>Tijolo Cozido</i>	23
1.2.6 – <i>Madeira</i>	24
1.2.7 – <i>Pisos e Forros</i>	25
1.2.8 – <i>Telhados</i>	29
1.3. Edificações civis, religiosas e residenciais no período colonial	31
CAPÍTULO 2 – ARQUITETURA COLONIAL NA CIDADE DE GOIÁS	32
2.1- Breve histórico da Cidade de Goiás	32
2.2. Técnicas construtivas na Cidade de Goiás.....	36
2.3. Etapas das políticas de proteção ao patrimônio na Cidade de Goiás.....	42
CAPITULO 03 – ESTUDO DE CASO.....	47
3.1. Residência Unifamiliar – Rua Monsenhor Azevedo nº07 – Goiás/GO.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem de Olinda/PE.....	14
Figura 2 - Cidade de Paraty/RJ.....	15
Figura 3 - Planta das casas no período Colonial.....	16
Figura 4 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário construída em taipa de pilão. Pirenópolis/GO	19
Figura 5 – Parede construída utilizando adobe.....	20
Figura 6 – Fabricação do adobe.....	20
Figura 7 – Parede construída utilizando a técnica pau-a-pique	21
Figura 8 - Muro de pedra em Ouro Preto	22
Figura 9 – Praça Tiradentes em Ouro Preto, calçada em pedra. Ao fundo temos o Museu da Inconfidência, com alvenaria e vãos de cantaria.	23
Figura 10 – Parede construída em tijolo cozido. Niterói/RJ.....	24
Figura 11 – Estrutura de madeira tipo enxaimel, com alvenaria de adobe. Museu da Família Colonial de Blumenau/SC	25
Figura 12 – Piso tipo mezaneta. Cidade de Goiás. 2009	26
Figura 13 - ladrilho Hidráulico	27
Figura 14 - Taboado em madeira.....	27
Figura 15 – Centro Histórico da Cidade de Goiás com calçamento de pedra	28
Figura 16 – Barrote.....	29
Figura 17 – Diferentes tipos de telhados. Ouro Preto/MG. 2013	30
Figura 18– Estrutura do telhado – Fazenda Babilônia – Pirenópolis/GO. 2009	30
Figura 19 - Casa de Câmara e Cadeia - 1915	33
Figura 20 - Beira Rio – Século XVIII	34
Figura 21 - Quartel do XX - 1914	34
Figura 22 - Praça do Jardim (Atual Praça Doutor Tasso de Camargo) - 1950.....	35
Figura 23 - Estilo colonial e neocolonial.....	37
Figura 24 - Organização Urbana de acordo com as ordens urbanísticas vindas de Portugal. ...	37
Figura 25 - Estilo neoclássico e eclético	37
Figura 26 - Estilo art nouveau e art déco.....	38
Figura 27 - Estilo neogótico.	38
Figura 28 - Tipos de fundação existente em Goiás.	39

Figura 29 - Detalhamentos de como eram executados os telhados nas edificações históricas na Cidade de Goiás.	40
Figura 30 - Forro de madeira com barrote.....	41
Figura 31 - Execução de revestimento em alvenarias coloniais na Cidade de Goiás.....	41
Figura 32 - Tipos de esquadrias existentes na Cidade de Goiás.....	42
Figura 33 - Mapa da cidade de Goiás em 1979 representando os setores conforme indicado na Portaria Regional nº001/1993, antes da rerratificação do tombamento realizada em 2004.	45
Figura 34 - Mapa da cidade de Goiás após rerratificação das poligonais de tombamento e entorno. Hachura verde indica área tombada, e hachura amarela indica área de entorno do bem tombado.	46
Figura 35 – Imagem satélite do Conjunto Histórico da cidade de Goiás, poligonal de Tombamento em cor vermelha e poligonal de entorno cor amarelo. Seta e poligonal laranja indicam localização do imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07.....	47
Figura 36 – Imagem aérea da cidade de Goiás/GO. Poligonal amarela indica localização do imóvel situado à Rua Monsenhor Azevedo nº07.....	48
Figura 37 – Imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07 - Goiás/GO.	49
Figura 38 - Muro pertencente ao imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07. Nota-se presença de técnicas construtivas tradicionais como: adobe, taipa e pedra.....	49
Figura 39 – Interior do Imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07. Nota-se presença de umidade ascendente, trincas e fissuras. Registro do ambiente sala de estar no qual foi relatada a substituição do piso em assoalho por piso cerâmico sobre aterro.....	50
Figura 40 – Interior do Imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07. Nota-se presença de trincas, fissuras, desprendimento do reboco em trechos inferiores da alvenaria e umidade ascendente.....	51
Figura 41 – Interior do Imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07. Nota-se presença de trincas, fissuras, pintura soltando e desprendimento do reboco em trechos inferiores da alvenaria e umidade ascendente.	51
Figura 42 – Interior do Imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07. Nota-se presença de umidade ascendente e presença de esquadrias em metal e vidro na face voltada para o corredor lateral.....	52
Figura 43 – Interior do Imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07. Nota-se presença de umidade ascendente e aplicação de cimento na massa de revestimento da parede no trecho inferior.	53

Figura 44 – Corredor lateral do imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07. Nota-se presença de umidade ascendente e presença de esquadrias em metal e vidro na face voltada para o corredor lateral.....54

INTRODUÇÃO

O interesse pelos estudos relacionados à cultura e bens culturais começou durante a minha vida acadêmica, quando iniciei o Curso Técnico em Conservação e Restauro, no qual cursei de forma paralela ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo na Universidade Estadual de Goiás. Posteriormente, segui no Curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Paulista, em que minhas atividades de estágio durante todo curso foram relacionados à tema de patrimônio, em um escritório de arquitetura especializado em restauro, e na então Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Goiás. Fiz em meu Trabalho de Conclusão de Curso um projeto de restauração e requalificação de um edifício na cidade de Goiás.

Seguidamente, iniciei como servidora no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Escritório Técnico do IPHAN em Pirenópolis, onde fiquei por seis meses. Sucessivamente fui transferida para o Escritório Técnico do IPHAN na cidade de Goiás, onde atuo na gestão e fiscalização do conjunto tombado, análise de projetos, execução de projetos, dentre outras atribuições. O interesse pelo tema desta pesquisa veio justamente pela vivência durante as atividades de monitoramento e fiscalização do conjunto protegido, onde percebemos a importância da história vivida por cada morador destas residências singelas, e a reflexão das intervenções nos imóveis que possuem técnicas construtivas tradicionais.

As características dos bens culturais consistem nas lembranças, nas vivências e sua atuação na memória das pessoas. Eles são capazes de integrar a memória de uma comunidade revivendo o passado. O que motiva a preservação é o fato do bem ser reconhecido com significado cultural, seu valor pode ser histórico, artístico, memorial ou simbólico, necessitando de proteção para que este bem seja preservado.

O conjunto arquitetônico brasileiro colonial iniciou-se de forma rudimentar e singela onde as construções utilizavam os materiais que o local dispunha. No processo de formação do Brasil colonial, a primeira cidade foi fundada em 1549, São Salvador da Baía de Todos os Santos. Desde então a exploração das terras brasileiras foram se direcionando para o interior do país, chegando em Goiás, no século XVIII.

Os arruamentos dos vilarejos de Minas Gerais e Goiás foram originados pelos caminhos e estradas de acesso às minerações, e os locais de venda para o suprimento das necessidades das populações partiram destes pontos e caminhos, o que explica o formado

alongado e sinuoso dos arraiais auríferos, com sua capela construída ao centro de um largo, diferentemente das povoações litorâneas, onde eram construídas no interior das quadras.

Teriam sido, portanto, os caminhos e estradas de acesso às minerações a origem dos primeiros arruamentos, em torno dos pontos de venda para suprimento das necessidades imediatas das populações. Daí o aspecto geralmente alongado e sinuoso dos arraiais auríferos, com sua ermida ou capelinha, construída em situação independente, no centro de um “largo” e não no interior das quadras como nas povoações litorâneas. (TELLES *et al.*, 2008).

Nas áreas de mineração, diferentemente do litoral, não existia construções conventuais e colégios jesuítas, em virtude de proibição pelo governo português. Os partidos arquitetônicos da arquitetura religiosa na segunda metade do século XVIII sumariavam-se a capela primitiva, a Igreja Matriz e a Igreja de Irmandade ou ordem terceira. (TELLES *et al.*, 2008).

Conforme Telles *et al.*, (2008), a carência de mão de obra especializada gerou improvisações na arquitetura colonial nos estados de Minas e Goiás, com uma produção arquitetônica “de caráter rude e popular, subordinada às vicissitudes da fase inicial da colonização prolongada em regiões de grande isolamento geográfico.” (TELLES *et al.*, 2008 p;157). Este conceito propicia uma análise mais clara sobre a originalidade da produção da arquitetura nas regiões do diamante e Goiás, avaliada dentro dos seus próprios parâmetros e não no que diz respeito a arquitetura dos centros urbanos litorâneos ou de áreas centrais da mineração.

Se a manutenção dos sistemas construtivos baseados na taipa e na madeira é uma constante entre as duas regiões, subordinando as construções ao domínio da linha reta, em contrapartida variam as plantas de uma igreja para outra em virtude dos múltiplos anexos laterais incorporados ao edifício na época da construção ou em épocas posteriores. (TELLES *et al.*, 2008, p. 157)

A Cidade de Goiás tem a sua composição característica do período colonial, no século XVIII, planejada para seguir o modelo urbanístico e arquitetônico de Portugal, criando hierarquia entre as ruas mais largas e as mais estreitas, destacando os edifícios considerados importantes, percebendo-se claramente pela arquitetura das casas a desigualdade social existente na época.

Em virtude de Goiás não ter atraído mestres de obras portugueses, como ocorreu em cidades de Minas Gerais, até o final do século XVIII, tanto as construções civis quanto as religiosas conservaram o uso da taipa e do adobe, sendo o fator de diferenciação da

arquitetura colonial das cidades mais afastadas quando comparadas a Ouro Preto, Mariana, e outras presentes na capitania de Minas. (TELLES *et al.*, 2008).

A Cidade de Goiás possui o maior conjunto arquitetônico e urbanístico tombado pelo IPHAN no estado de Goiás. Os primeiros edifícios selecionados foram os considerados de maior expressão do período colonial e o perímetro urbano entre o Chafariz e a Rua de Fundação, em 1950/1951. Foram tombados de forma isolada os monumentos da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora D'Abadia, Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, Igreja São Francisco, Igreja de Santa Bárbara, Capela de São João Batista, Palácio Conde dos Arcos e Casa de Câmara e Cadeia. Em 1978, o conjunto urbano se expandiu e foi inserido no tombamento. Em 2001 foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial e, com isso, foi incluído no tombamento em 2004 os demais perímetros do período colonial, imperial e dos primeiros anos da República.

A área tombada pertencente ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás possui aproximadamente 800 imóveis abrangendo perímetro de 10665,77 metros lineares, e a área de entorno cerca de 2000 imóveis atingindo perímetro de 8883,62 metros lineares. (IPHAN)

De acordo com Luiz Roberto Botosso Junior (2012) no conjunto tombado de Goiás há predominância de edificações singelas, exemplares do período colonial, e em número menor exemplares de diversos outros estilos, como o eclético do século XIX e o art déco do início do século XX.

Os imóveis tombados pertencentes ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás ainda preservam suas características arquitetônicas, com sistemas construtivos tradicionais (adobe, taipa e pau-a-pique) e sua harmonia na paisagem, onde os imóveis se adaptam ao relevo local. Neste contexto, a presente pesquisa estudará a inserção de elementos contemporâneos nos imóveis tombados, com foco nas residências unifamiliares.

A arquitetura colonial em se caracteriza pelo uso de materiais locais, com técnicas construtivas tradicionais que possuem como matéria prima a terra, a madeira, e a pedra. Conforme Nelson Porto (2009) o sistema colonial nas construções só foi radicalmente alterado a partir do século XIX, com a implantação da Escola Central de Engenharia, em 1858. A vinda dessa escola para o Brasil possibilitou a realização das primeiras experiências com novos materiais.

Possibilitou o que até então era inimaginável dentro do quadro artesanal das corporações de ofício: a implementação de uma rede ferroviária no país, a

modernização dos portos, construção de grandes estruturas metálicas para as gares ferroviárias, pontes e viadutos, e, mais no final do século, fez as primeiras experiências com o Cimento Portland e com as argamassas armadas. (PÔRTO, 2009, p. 26)

Segundo Nelson Porto (2009) as novas técnicas e novos materiais foram providos da Revolução Industrial Europeia, sendo as estruturas metálicas, o cimento Portland, tijolo cerâmico e vidro. No início estes novos elementos e métodos foram utilizados somente nas construções mais importantes, sendo os prédios maiores e edificações públicas. As casas populares e edificações do “dia-a-dia” continuaram utilizando as técnicas construtivas tradicionais e suas alvenarias continuavam cumprindo papel estrutural. Nelson Porto (2009) esclarece que “vez ou outra havia a inserção de um elemento metálico, de uma coluna de ferro fundido suportando um balcão ou de um perfil metálico fazendo de viga e suportando um barroteamento de piso, mas no todo a construção ainda era sustentada por alvenarias”. (PÔRTO, Nelson. 2009. p.27) O concreto armado só se popularizou a partir das décadas de 1950 e 1960, tanto em termos econômicos quanto em termos técnicos.

De acordo com Telles (2008), no terceiro período do século XIX a madeira, a pedra, o tijolo e a telha de barro ainda eram os materiais predominantes, e a primeira olaria foi inaugurada em São Paulo em 1867. No último período do século XIX já eram publicados artigos sobre a resistência dos tijolos.

Em 1905 foi publicado pelos alunos da Escola Politécnica de São Paulo o “Manual de resistência de materiais”, com experimentos que contemplavam materiais como cimento, cales, concretos, pedras naturais, tijolos, telhas, madeiras e metais. De todos os materiais testados, as novidades eram os produtos importados: o cimento (e o concreto) e os metais. (TELLES, 2008)

A presente pesquisa foi motivada em virtude da minha trajetória de vida como vilaboense, como estudante e como profissional que trabalha da área do Patrimônio como arquiteta e urbanista, compondo a equipe do Escritório Técnico do IPHAN na cidade de Goiás.

Durante a vivência na cidade e na prática das atividades, nota-se que muitas intervenções realizadas nos imóveis há vários anos, inclusive ter ocorrido até mesmo antes do tombamento do conjunto, trazem consequências para o edifício, podendo ser por vezes prejudiciais, considerando que as técnicas tradicionais são produzidas com matéria vinda da própria natureza.

A presente análise teve como metodologia pesquisas bibliográficas relativas ao tema, focando nos imóveis que tem uso de residência, construídos em técnicas construtivas

tradicionais localizados na cidade de Goiás. A escolha do imóvel estudado se deu por meio de diálogo com a moradora onde foram investigados por meio de entrevista as intervenções realizadas na edificação. Foram realizadas visitas na residência e levantamentos fotográficos.

A metodologia inclui pesquisas bibliográficas e relato da moradora que reside em casa colonial durante toda sua vida, onde o imóvel é o grande tesouro que passou de geração em geração, com valores de memórias e sentimentos incalculáveis.

Conforme Marieta Ferreira e Janaína Amado (1996) pesquisadores da oralidade consideram a evidência oral muito importante e pode ajudar o pesquisador a construir sua percepção no tempo e no espaço.

Na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação. (AMADO, JFERREIRA, 1996, p. 17)

Esta monografia abordará, em seu primeiro capítulo, as edificações coloniais e seus sistemas construtivos, apresentando temas como a formação das cidades no Brasil colônia e suas edificações, sistemas construtivos em edificações coloniais, e edificações civis, religiosas e residenciais no período colonial. O segundo capítulo terá como conteúdo a Arquitetura Colonial na cidade de Goiás, apresentando breve histórico da cidade de Goiás, as técnicas construtivas e as etapas das políticas de proteção ao Patrimônio na cidade de Goiás. O terceiro capítulo examinará questões em torno da inserção de elementos contemporâneos em um patrimônio colonial tendo como estudo de caso uma residência tombada na Cidade de Goiás.

CAPÍTULO 1 – EDIFICAÇÕES COLONIAIS E SISTEMAS CONTRUTIVOS

1.1. Formação das cidades no Brasil Colônia e suas edificações

O início da colonização no Brasil se deu com a ocupação dos litorais leste e norte. O primeiro elemento do litoral brasileiro a ser avistado em 22 de abril de 1500 pela esquadra de Pedro Álvares Cabral foi o “Monte Pascoal”, localizado no atual estado da Bahia. A descoberta do pau-brasil atraiu muitas expedições para a sua exploração. Uma das expedições importantes é a que aconteceu em Cabo Frio em 1503, ocasião em que foi deixado um grupo de homens que penetrariam para o interior do país em busca de ouro. (TELLES *et al.*, 2008).

As primeiras vilas e cidades foram chamadas de Capitanias Hereditárias, com o objetivo de assegurar a posse dessas terras Portugal acelerou e D. João III subdividiu o trecho definido pelo Tratado de Tordesilhas. A capitania de Pernambuco por possuir relevante presença de pau-brasil teve de imediato notável desenvolvimento. E assim foi fundada Olinda, Recife, dentre outras. Fernão Cardim em 1538 descreve Olinda como “bom casario de pedra, cal, tijolo e telha”. (TELLES *et al.*, 2008, p. 24).

Podemos assim saber que esses três núcleos foram assentes em elevações, com os logradouros organizados informalmente, ligando os principais edifícios civis e religiosos, acompanhando as curvas de nível, ou galgando nas encostas, por vezes, seguindo o maior aclave; no todo, formando teias irregulares, repetindo assim, um partido arcaico, característico dos núcleos urbanos medievais. (TELLES *et al.*, 2008, p. 24).

Figura 1 - Imagem de Olinda/PE



Fonte: <https://www.audleytravel.com/brazil/itinerary-ideas/northeast-brazil-self-drive-adventure>

O Rio de Janeiro foi um dos locais estratégicos do litoral leste no final dos anos seiscentos, quanto foi descoberto o ouro nas Minas Gerais. A ligação fazia-se inicialmente pela cidade de Paraty, que se desenvolveu no final do século XVII e no início do século XVIII:

Possuindo uma trama urbana reticulada ortogonalmente, em que as edificações térreas ou assobradadas, coladas umas às outras, dispostas ao longo dos alinhamentos, apresentam telhados em duas e de quatro águas, formando beirais de cachorradas ou com cimalthas de madeira ou de alvenaria. A cidade é totalmente voltada para o mar e tem, como pano de fundo, a serra coberta pela floresta. (TELLES *et al.*, 2008, p. 44)

Figura 2 - Cidade de Paraty/RJ.



Fonte: <https://www.evidive.com.br/blog/turismo-em-paraty>.

As edificações coloniais no Brasil se caracterizam por suas técnicas construtivas tradicionais e uso de materiais locais, adaptando o planejamento urbano ao relevo. Segundo Aline Lusa (2009) as edificações coloniais possuíam técnicas construtivas primitivas, nas casas mais simples as paredes eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão. Nas casas mais significativas eram utilizados materiais como a pedra e o barro, tijolos ou pedra e cal.

Os detalhes existentes nos beirais das residências demonstravam o poder econômico das famílias que ali morava através da eira e a beira. (DEBARBA *et al.*, 2010).

As fachadas das casas coloniais eram compostas por uma porta e janelas. A quantidade de janelas demonstravam as diferenças sociais, sendo que quanto mais janelas, maior era o poder aquisitivo da família. Os telhados eram compostos de estrutura de madeira e telha cerâmica, na maioria das vezes, com a cumeeira paralela ao logradouro. Os sobrados mantinham a mesma proporção de cheios e vazios (alvenaria e esquadrias) das casas térreas, sendo que o pavimento superior correspondia ao pavimento térreo. A fachada básica da casa colonial era composta por uma porta, sempre frontal e duas janelas. Os revestimentos

cerâmicos começaram a ser utilizados no final do período, onde os azulejos possuíam tonalidades em tons de azul e amarelo, em razão dos pigmentos naturais existentes naquele tempo. (DEBARBA *et al*, 2010).

A planta baixa das residências coloniais eram projetadas em formato de “L”, onde se tinha no primeiro ambiente a sala de estar, posteriormente os quartos e então a cozinha/varanda e depósito. Segundo Silvio Colin (2011),

“A casa mais simples que poderemos encontrar é a chamada “casa de porta e janela”, composta apenas de sala, quarto, varanda e cozinha. Para nossos padrões atuais, poderemos estranhar que a circulação para os compartimentos dos fundos se dê pelo quarto. Considere-se porém que nenhuma pessoa não pertencente ao convívio familiar era admitida para além da sala. Variações podem acontecer com o acréscimo de alcovas, compartimento do qual não temos conhecimento, mas que era muito comum, atendendo aos padrões de então de preservação da intimidade e proteção da família.” (COLIN, Silvio. n.p).

Figura 3 - Planta das casas no período Colonial.



Fonte BARRETO, Paulo T.

1.2. Sistemas construtivos em edificações coloniais

Os sistemas construtivos em edificações coloniais, eram totalmente rudimentares. Fernão Cardim em 1583 descreveu Olinda como: “bom casario de pedra, cal, tijolo e telha” (*Tratado da terra e gente do Brasil*, 1612).

O domínio dos holandeses, (TELLES *et al.*, 2008) entre 1630 e 1650 causou grande destruição e perda das edificações históricas de Olinda e no Recôncavo. A complementação das obras começadas e a reconstrução das edificações começou em 1650. Anteriormente as obras se enquadravam no estilo maneirista, a partir de então foi incluído características do barroco inicial, especialmente em Olinda.

Em se tratando de arquitetura do açúcar, temos como edifício exemplar a casa grande, geralmente com dois pavimentos, com os esteios da estrutura expostos mostrando que eram construídas com o sistema pau-a-pique. No século XIX surgiram outros tipos de casa grande, com outros sistemas construtivos. (TELLES *et al.*, 2008)

As colunas que suportavam os telhados, nos alpendres, podiam ser de alvenaria de tijolos, madeira, e até mesmo ferro, sem que o tipo arquitetônico descaracterizasse. Em alvenaria de tijolos, elas se guiam habitualmente a ordem Toscana e eram executadas com tijolos especiais em forma de círculo ou quarto de círculo. (TELLES *et al.*, 2008, p. 109.).

Durante o ciclo da mineração de ouro no Brasil, (TELLES *et al.*, 2008) os mestres de obras portugueses adaptaram a arquitetura da região mineira ao uso de alvenaria de pedra. A partir de 1740 já em Goiás e diamantina, a emigração não foi tão atrativa e foi conservado o uso de taipa e adobe até o fim do século XVIII na arquitetura civil e religiosa.

A manutenção da taipa e do adobe ao longo de todo o século XVIII é o principal fator de diferenciação da arquitetura colonial de cidades afastadas, como Goiás, Diamantina, Serro e Minas Novas, quando comparadas a Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Sabará e outras da região central da capitania de Minas, a partir da segunda metade do século. As primeiras são mais esparramadas e corridas, tendo em vista a predominância de casas baixas e o uso de cores vivas nos beirais, cunhais e esteios de madeira, aflorando na superfície de parede de taipa caiadas de branco e emoldurando dois ou três pavimentos, com janelas superiores enquadradas por balcões isolados, ou unidas por sacadas corridas. Esses balcões protegidos por guarda corpos de ferro ou madeira pintada, de grande efeito decorativo, marcam a destinação residencial dos pavimentos superiores, em oposição aos térreos, reservados a depósitos, alojamentos dos escravos ou atividades comerciais. (TELLES *et al.*, 2008, p. 137.)

As igrejas matrizes mineiras até meados do século XVIII foram construídas de madeira e taipa. Já em Goiás durou até o fim do período colonial. A partir de 1740 foi inserido o uso de alvenaria de pedra que proporcionou a movimentação curvilínea das plantas

e ornamentos das fachadas. (TELLES *et al.*, 2008). O que introduziu a construção de alvenaria de tijolos maciços e cozidos foram as Estações de trem: “A alvenaria passou para a construção privada, em geral, e substituiu a velha taipa de pilão.” (TELLES *et al.*, 2008, p. 144)

Nas cidades maranhenses a partir do século XVIII as construções precárias de taipa e palha foram substituídas por edificações de alvenaria e pedra, argamassa com cal extraído de conchas marinhas e óleo de peixe, colocando madeira de lei para estruturar telhados, nas esquadrias e nos entrepisos. Em meados do século XIX se otimizou o uso de azulejos nas fachadas, sendo um dos aspectos característicos da arquitetura de São Luís - MA.

Outra característica marcante da arquitetura civil em São Luís e em Alcântara é a imponente dimensão e solidez dos sobrados, muitos dos quais com mais de mil metros quadrados de área, construídos sobre paredes externas de quase um metro de espessura, em pedra argamassada, com divisões internas de taipa. Entre as tipologias características das edificações do centro histórico de São Luís e Alcântara destacam-se os solares, os sobrados, as moradas inteiras, as meias-moradas e casas “porta-e-janela”, assim como as casas de sítio e fábricas. (TELLES *et al.*, 2008, p. 264).

1.2.1. – Taipa de Pilão

De acordo com Nelson Porto Ribeiro (2003), no artigo “Técnicas das Alvenarias Históricas no Brasil”, a taipa de pilão é constituída de barro socado, raramente incluindo reforços de madeira. Para a construção utilizando essa técnica arma-se formas de madeira colocando o barro já amassado em camadas preenchendo toda a forma, em seguida comprime-se com um pilão ou com os pés. A espessura podia variar de 40 a 80cm podendo chegar a 1m.

Conforme Vasconcellos (1979), os taipais se desenrolam verticalmente, uns sobre os outros sendo que cada fiada se estende por toda a extensão da parede ou por todo o perímetro da construção assim que se estende, síncrono, em toda a sua proporção. Segundo o autor, eram utilizados vergas de madeira apenas para escoramento de vãos de janelas e portas, e essas vergas eram embutidas nas paredes e fixadas entre o baldrame e o frechal. Essa técnica não permitia o uso de frisos e ornamentos, os beirais eram enormes para proteger a alvenaria da chuva.

De acordo com Guillaud (1993), o barro deveria ser criteriosamente escolhido, misturando na massa argila, terra e areia. Para armar uma trama interna, segundo Vasconcellos (1979), era comum incluir fibras vegetais, crina animal e estrume de gado.

No *Manual de Conservação Preventiva para Edificações* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1999), esta técnica foi muito utilizada em Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Se acrescentasse cascalho à mistura, era chamado de formigão.

Figura 4 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário construída em taipa de pilão. Pirenópolis/GO



Fonte: <http://www.pirenopolis.tur.br/turismo/atrativos/centro-historico/igreja-matriz>

1.2.2. – Adobe

De acordo com o *Manual de Conservação Preventiva* do IPHAN (1999), os adobes são paralelepípedos de barro de dimensões em torno de 20x20x40. O barro após ser misturado com água é colocado e espremido em formas de madeira. Primeiramente coloca-se para selar a sombra e depois ao sol. O adobe é assentado cru e embossado com barro. Utiliza-se cal e areia como reboco para a proteção das chuvas. Vitruvius (2002) diz que o adobe demora dois anos para ser totalmente seco.

Figura 5 – Parede construída utilizando adobe



Fonte: <http://www.rgbstock.com>

Figura 6 – Fabricação do adobe



Fonte: <http://www.histeo.dec.ufms.br/aulas/teoriaIII/05%20Tecnicas%20Construtivas.pdf>

1.2.3. – Pau-a-Pique

De acordo com o *Manual de Conservação Preventiva* do IPHAN (1999), a parede de pau-a-pique é constituída de paus roliços posicionados perpendicularmente entre o baldrame e o frechal a aproximadamente um palmo. Para fixá-los usa-se furos ou pregos. A trama é construída colocando mais madeira no sentido transversal amarrados com fibras vegetais. Essa trama sustenta a armação, então joga-se o barro com as mãos. Essa técnica também era

conhecida como “pescoção”, tapoua, sopapo, taipa de mão ou taipa de sébe. Pode ser usada interna ou externamente no edifício.

Conforme Nelson Porto Ribeiro (2003), o sistema pau-a-pique dispensa fundações em vala corrida pois os esteios são cravados no solo. O pau-a-pique não é um sistema estrutural, é uma das técnicas de vedação dos vãos de um enquadramento – uma estrutura de madeira – de “pilares” e “vigas” – similar às estruturas que sustentam outros materiais construtivos como adobes, tijolos cozidos ou mesmo cal e pedra.

Figura 7 – Parede construída utilizando a técnica pau-a-pique



Fonte: <http://descubraminas.com.br/>

1.2.4. – Pedra

O uso da alvenaria de pedra foi amplamente utilizado, tanto por sua abundancia tanto por sua resistência. O resultado era muros ou paredes largas, com maior resistência que as outras técnicas (arquitetura de terra). Para a execução dessa técnica era necessário muitos trabalhadores e mestres de obras especializados. A largura das paredes variava de acordo com a carga dos telhados para não haver comprometimento estrutural. (MENDES, VERÍSSIMO, BITTAR, 2007).

De acordo com Nelson Porto Ribeiro (2003), se utilizava o tipo de pedra do local mais próximo onde seria a construção. Porém em casos isolados importava-se pedra de outros

locais. Vasconcellos (1979) diz que nos primeiros séculos foram usadas as pedras importadas do reino, trazidas de navios, especialmente o Lioz português.

Segundo o Caderno 6 - Tópicos de Conservação Preventiva do IPHAN (2008), a finalidade das pedras trazidas de Portugal era de revestimento externo dos edifícios e a técnica de aplicação variava segundo a argamassa escolhida, podendo ser pedra seca, pedra barro e canjicado.

Nas fundações, segundo Mendes, Verissimo e Bittar (2007), abria-se o canal no terreno e analisava a resistência do solo, para iniciar então o assentamento das pedras, calçadas com pedras pequenas e colocando argamassa composta de barro, cal, e aglomerante. “Para guarnecer a ultima fiada era elevada em relação ao nível do terreno, recebendo uma laje de pedra, disposta ao longo de toda edificação como um rodapé.” (MENDES, VERÍSSIMO, BITTAR, 2007, p. 75).

Figura 8 - Muro de pedra em Ouro Preto



Fonte: <http://interata.squarespace.com/jornal-de-viagens/2008/9/7/ouro-preto-mg-o-acervo-arquitetonico.html>

Figura 9 – Praça Tiradentes em Ouro Preto, calçada em pedra. Ao fundo temos o Museu da Inconfidência, com alvenaria e vãos de cantaria.



Fonte: http://www.trekearth.com/gallery/South_America/Brazil/Southeast/Minas_Gerais/Ouro_Preto/photo1170370.htm

1.2.5. – Tijolo Cozido

De acordo com Nelson Porto Ribeiro (2003), no período colonial o tijolo foi usado acima de tudo no preenchimento de estruturas do tipo requadro, gaoila e enxaimel. Como eles eram artesanais não existia uma forma padrão, era comum o formato de lajotas em peças maciças. Segundo Matheus (1999), os tijolos viriam a ser mais fortes, densos e resistentes quanto mais amassado e batido fosse o barro na sua execução.

Para se moldar os tijolos coloca-se areia na fôrma de madeira molhada e então comprimia-se a massa com o rolo. Deveria ser secado à sombra e no cozimento usava-se fogo baixo por vários dias e só então colocava-o na fornalha com alta intensidade. (MATHEUS, 1999)

Nelson Porto Ribeiro (2003) diz que a forma de se levantar as paredes eram feitas através da técnica “mata-junta” ou amarração das paredes através de fiadas intercaladas.

Figura 10 – Parede construída em tijolo cozido. Niterói/RJ



Fonte: <http://www.culturanageroi.com.br/blog/?id=189>

1.2.6 – Madeira

Durante a colonização, utilizou-se madeira como sistema estrutural. Mendes, Verissimo e Bittar (2007) dizem que no sistema estrutural, na ausência pregos, utilizava-se cravos e a fixação feita através da carpintaria. Após a confecção da gaiola incluía-se o telhado podendo fazer a vedação com madeira, adobe, ou tijolos cozidos.

A prática de uso da madeira como técnica de vedação foi adotada pelos imigrantes do sul do país. A forma mais comum era o tipo saia-e-camisa, tratando-se da superposição dos tabuados. (MENDES, VERISSIMO, BITTAR. 2007).

Figura 11 – Estrutura de madeira tipo enxaimel, com alvenaria de adobe. Museu da Família Colonial de Blumenau/SC



Fonte: marisadiniz.wordpress.com/2014/03/06/arquitetura-colonial-e-o-meio-ambiente/

1.2.7 – Pisos e Forros

À medida que a mão de obra foi se qualificando, o revestimento do piso foi evoluindo, valorizando os ambientes. Segundo Mendes, Verissimo e Bittar (2007), primeiramente utilizava-se a terra batida ou pedra, sem nenhum acabamento. Na terra batida aplicava-se barro ou terra e algum aglomerante. Apiloava-se as a mistura, aguardava-se então a cura para utilizar o ambiente. No piso de pedra aplicava-se as pedras no solo argamassado com barro. Em interiores era comum usar pedras menores e seixos rolados e nas ruas blocos maiores. Com o aperfeiçoamento da mão de obra substituiu-se a pedra bruta pela aparelhada e lajeado. Em alguns casos com desenhos em sua execução.

Utilizou-se também a tijoleira, Segundo Mendes, Verissimo e Bittar (2007), em alguns lugares até o próprio tijolo como revestimento de piso, mas não apresentavam resistência à abrasão ou tração.

O tabuado corrido passou a ser utilizado com a evolução da carpintaria. “Eram peças com cerca de 6m de comprimento, 0,40m de largura e 0,05m de espessura (trinta ou quarenta palmos x duas polegadas), apoiadas em barrotes de madeira, que por sua vez apoiavam-se nos

baldrames, no caso do pavimento térreo, ou em madres, nos pavimentos intermediários”. (MENDES, VERÍSSIMO, BITTAR, 2007, p. 92)

Segundo o livro *Nova Carta à Cidade de Goiás* (2007), no início do século XX surgem os ladrilhos hidráulicos, que são peças feitas de areia, cimento e pigmentos, prensadas formando desenhos geométricos de aproximadamente 20x20cm. São nivelados em argamassa de cimento e areia.

As primitivas casas de Goiás tinham piso de chão batido e eram simples abrigos construídos às pressas para servir de proteção aos mineiros que vinham em busca do ouro. Com o crescimento da população e a consequente expansão da cidade, começam a aparecer casas construídas com maior rigor. Os pisos passam a ser em madeira, em lajeado ou em tijoleiras, ou ainda mezanelas, isto é, ladrilhos de barro queimado, que serviam também para pavimentar, capelas, avarandados, sacristias, etc. (*Nova Carta à Cidade de Goiás*, 2007, p. 31).

Figura 12 – Piso tipo mezanela. Cidade de Goiás. 2009



Fonte: Autora da pesquisa

Figura 13 - ladrilho Hidráulico



Fonte: <http://misscheck-in.com/author/misscheck/page/5>

Figura 14 - Taboado em madeira.



Fonte: http://teatrodetriunfo.blogspot.com.br/2010_04_01_archive.html

Figura 15 – Centro Histórico da Cidade de Goiás com calçamento de pedra



Fonte: autora da pesquisa

Os forros em edificações históricas foram melhorando com a evolução da mão de obra e das ferramentas. Algumas habitações com pouco poder aquisitivo não possuíam forro, tendo apenas a telha v , que apesar da ventilação privilegiada não possuía acabamento no ambiente. Utilizou-se bastante o estuque, onde amarrava-se na cobertura bambus ou madeira, aplicando uma argamassa com p  de mármore, areia fina e um aglomerante. (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007)

O barrote era o tipo mais comum de estrutura dos pavimentos nos sobrados históricos, onde assentava-se as tábuas para constituir o piso do pavimento superior, e o forro do pavimento inferior.

A madeira predominou como material para elaboração dos forros, tábuas estreitas e finas, elaborados como duplo-fêmea, ou a simples superposição, saia-e-camisa. (figura 19) Os elementos eram arrematados nas paredes com sancas ou simalhas. (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007)

Figura 16 – Barrote



Fonte: revistas.unisinos.br

1.2.8 – Telhados

Mendes, Verissimo e Bittar (2007) dizem que com a colonização a necessidade de construções duradouras, implantaram as olarias para a fabricação de telhas, que eram colocadas sobre o madeiramento.

De acordo com o *Manual de Conservação de Telhados* do IPHAN (2005), com a introdução do neoclassicismo no final do século XVIII surge uma nova tipologia arquitetônica, mas a telha ainda era do tipo capa e canal e semi-artesanal. A partir do século XIX começou a importação de telhas industrializadas, telhões de louça esmaltada, telhas de ardósia e fibrocimento. Os imigrantes também foram responsáveis pela introdução da telha plana e telha francesa. Importou-se também calhas e outros materiais de construção.

Os telhados podem ser de duas águas, três águas, quatro águas, cinco ou mais águas, ou irregulares (figura 18). O telhado de quatro águas foi muito utilizado na arquitetura tradicional pois apresentava vantagens sobre os de duas águas.

Segundo Mendes, Verissimo e Bittar (2007), os beirais apresentam vários tipos, dependendo da técnica construtiva utilizada. O beiral de cachorrada é uma estrutura de madeira que a projeção vai além da parede. Os elementos de acabamento recebem um entalhamento sofisticado.

As cimalhas e sancas podem ser feitas de madeira, pedra ou argamassa. Elas tem função de descarga de esforços de cobertura. “Em algumas regiões do país apresentavam

formas caprichosas, verdadeiros rendilhados, com nome de beira-sobreira, que a cultura popular chamava de beira-saveira. (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

Figura 17 – Diferentes tipos de telhados. Ouro Preto/MG. 2013



Fonte: <http://www.jornaltudobh.com.br/turismo/ouro-preto-lanca-marca-de-patrimonio-historico/>

Figura 18– Estrutura do telhado – Fazenda Babilônia – Pirenópolis/GO. 2009



Fonte: autora da pesquisa

1.3. Edificações civis, religiosas e residenciais no período colonial

O funcionamento da arquitetura civil brasileira do Séc. XVI ao XVIII refletia a situação colonial do país. Em razão da ausência de um monarca residente nos anos anteriores a 1808, não existiam por esta razão grandes palácios reais. (BURY, 2006).

O status das cidades brasileiras é comparável ao das capitais provincianas da metrópole, não sendo portanto de se esperar a existência de palácios como os de Mafra e Queluz nas proximidades de Salvador ou Rio de Janeiro, da mesma forma que não são encontrados em Portugal próximos as cidades de Évora, Coimbra ou Porto. O Brasil era a “vaca leiteira” de Portugal, e qualquer gasto em edifícios governamentais só serviria para reduzir os lucros que o país produzia. (BURY, 2006, p. 192).

Em marcante dessemelhança à esta situação, a Igreja e as ordens religiosas eram naturalmente menos centralizadas, e desfrutavam de relevante independência em relação as suas instituições de origem, no qual podemos perceber este contraste na fisionomia das cidades coloniais. (BURY, 2006).

A semelhança das edificações civis, religiosas e residenciais se dá no uso dos materiais locais, e por vezes, nas fórmulas adotadas nas fachadas. Conforme John Bury (2006):

Quanto as residências contemporâneas a essas obras, mesmo que individualmente tenham poucas pretensões arquitetônicas, em conjunto são de alta qualidade e de valor estético, constituindo o pano de fundo contra o qual se revelam as grandes obras mais elaboradas, representadas pelas igrejas e conventos, que dominam a cena em maior volume. (p. 192)

Segundo John Bury (2006), as obras mais audaciosas da arquitetura civil colonial foram as casas de câmara e cadeia, as residências dos governadores e bispos, as casas rurais ou solares das famílias patricias e as casas grandes de engenhos e fazendas.

CAPÍTULO 2 – ARQUITETURA COLONIAL NA CIDADE DE GOIÁS

2.1- Breve histórico da Cidade de Goiás

Goiás entrou na história do Brasil a partir de 1720 (PALACIN, 1976), com a necessidade de se abrir caminho entre Minas, São Paulo e Mato Grosso, e a lenda que existia entre os colonos sobre a existência de ouro na região e o momento político no qual São Paulo se encontrava. Até o século XVIII a motivação de exploração do território goiano foi a extinção dos índios nativos dos centros colonizadores da costa, causando assim o ciclo comercial do índio. Com as idas e vindas dos bandeirantes e jesuítas, algumas vezes como subproduto as bandeiras retornavam com pequenas quantidades de ouro.

Os primeiros anos são de uma atividade febril. Pouco depois de seu retorno, Bueno funda solenemente o primeiro arraial, o arraial de Sant'Anna. Entre morros, numa quebrada nos sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do Rio Vermelho, a nova povoação – que deveria converter-se doze anos depois em vila e tornar-se Capital –, geograficamente se encontra deslocada, como centro de operações no território goiano, e climaticamente exposta aos rigores de uma insolação concentrada, sem ventilação. Mas a urgência do momento não admite dilações. Há ouro e água, isso basta. Este será o critério com que irão surgindo os demais arraiais. (PALACIN, 1976, p. 33)

Em 1732 iniciou-se a implantação das estruturas administrativas. Uma carta régia de 11 de fevereiro de 1736 ordenou a criação de uma vila na povoação mais importante de Goiás. Com a presença frequente dos governadores, exigiu-se criar uma administração própria e autônoma. A Capitania de Goiás foi criada por um alvará em 08 de novembro de 1744. (PALACIN, 1976).

Figura 19 - Casa de Câmara e Cadeia - 1915



Fonte: Joaquim Craveiro de Sá

A Cidade de Goiás segundo Saint-Hilaire (1779 – 1853), Goiás era rodeado por morros, com formato alongado e cortado pelo Rio vermelho e três pontes fazem a ligação entre as duas partes da cidade.

Há em Vila Boa um grande número de Igrejas, mas são pequenas e nenhuma delas tem ornamentos na parte externa. (...) As ruas da cidade são largas e bastante retas, sendo quase todas calçadas mas sua pavimentação não é bem feita. A cidade conta com cerca de 900 casas, feitas de barro e madeira, sendo pequenas mas bastante altas para a região. Várias delas são sobrados, e algumas janelas tem vidraças de lâmina de talco. A maioria é bem cuidada, tendo eu notado que as principais são razoavelmente bem mobiliadas e imaculadamente limpas. Não ocorre em Vila Boa o que se vê na capital da Província de Minas, onde muitas ruas se acham inteiramente abandonadas. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 50)

Figura 20 - Beira Rio – Século XVIII



Fonte: Acervo de Antônio Carlos Costa Campos

Figura 21 - Quartel do XX - 1914



Fonte: Joaquim Craveiro de Sá

Saint-Hilaire (1779 – 1853) descreve que Vila Boa de Goiás tinha duas praças, vários prédios públicos, o Palácio do Governador, a Casa da Contadoria, a Fundição, a Igreja Paroquial e uma igreja menor. A praça maior localizada na extremidade da cidade possuía a Casa de Câmara e Cadeia, o Quartel e um chafariz. Saint-Hilaire (1779 – 1853) diz que “A arquitetura deste me pareceu bastante medíocre, mas pelo menos não é grotesca”.

Quando falo de prédios públicos não se deve imaginar que se trata dos enormes edifícios que se vêem na Europa. Ali tudo é pequeno, tudo é mesquinho, sem beleza e até mesmo, segundo dizem, sem solidez. Quanto ao tamanho, o palácio do Capitão geral talvez seja pelo menos pelos padrões da região. Entretanto é um prédio de um pavimento só, e sem ornamentos externos. Achando-se situado um pouco acima do nível da rua, para chegar a ele sobe-se uma ridícula escada de uns poucos degraus, mas não sem que se passe antes por um portão que avança inesteticamente sobre a praça e serve de posto da sentinela. A casa da contadoria fica num sobrado (...). A casa da Câmara e a da Fundação têm também dois pavimentos. Segundo o costume em todas as cidades do interior, o andar térreo desses prédios é reservado à cadeia. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 51)

Figura 22 - Praça do Jardim (Atual Praça Doutor Tasso de Camargo) - 1950



Fonte: Joaquim Craveiro de Sá

A partir de 1778 iniciou-se a decadência da produção de ouro, e a diferença entre Minas e Goiás é que Goiás não possuía uma constituição de uma sociedade estabilizada, por isso a sua decadência foi mais rápida e definitiva. O governador Delgado Freire descreveu em 1813 que “A extração do ouro nesta capitania vai correndo a sorte daquela dos produtos minerais com tão vantajosos passos que em breve será reduzido a nada o seu quinto tendo diminuído quase progressivamente desde o ano de 1778 que marcou época do fim de sua abundância e o princípio de sua decadência.” (PALACIN, 1976, p. 178).

Segundo Karine Oliveira (2014), no século XIX foi um período de estabilização do espaço urbano na cidade de Goiás, e que se identifica pela busca de soluções e alternativas para a base econômica. Goiás não se transformou em polo econômico ou político da região, não estimulando desta forma, grandes transformações urbanas com inserção de novas

arquiteturas, pois não mantinha relações acentuadas com os grandes centros urbanos do país, por sua própria distância física.

Após a mudança da capital do estado de Goiás para Goiânia no ano de 1937, a cidade de Goiás passou por uma estagnação econômica, o que contribuiu consideravelmente para a preservação da malha urbana e das características arquitetônicas dos imóveis coloniais. (TAMASO, 2015)

Enquanto os especialistas do IPHAN, aliados a alguns membros da elite cultural local, cuidaram de preservar um determinado ‘conjunto arquitetônico e urbanístico’, os vilaboenses tradicionais, os filhos de Goiás e os agentes da cultura e do patrimônio locais preservaram as tradições festivas e religiosas, que ao fim do século XX, foram incorporadas como ‘referências culturais’, no Dossiê enviado à UNESCO para a ‘Proposition de l’inscription sur la liste du patrimoine mondial’. (TAMASO, 2015, p 163)

Segundo Isabela Tamaso (2015), o IPHAN evoluiu sua base de ação sobre os monumentos tombados isoladamente na década de 50, incluindo o patrimônio urbano tombado em 1978 e rerratificado em 2004:

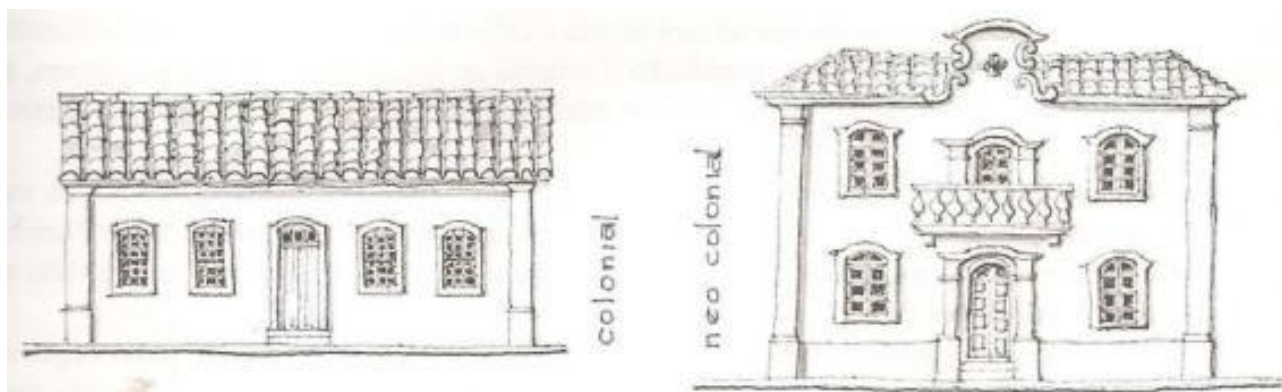
Expandiu-se do histórico, arquitetônico e arqueológico reconhecido em meados do século XX, ao natural, paisagístico e cultural, no início do século XXI, quando para além do conjunto arquitetônico e urbanístico, os documentos oficiais começaram considerar termos como ‘paisagem cultural’ e em ‘referência cultural’, que inclui os bens de natureza imaterial. (TAMASO, 2015, p. 19)

2.2. Técnicas construtivas na Cidade de Goiás

O conjunto arquitetônico da Cidade de Goiás, quando foi construído no século XVIII, predominou-se os estilos Colonial e Neocolonial. A organização urbana se deu através de ordens urbanísticas que ordenariam o crescimento da cidade. Décadas seguintes à fundação do Arraial de Sant’Ana, Goiás tornou-se vila, recebendo nome de Vila Boa de Goiás. A malha urbana criada no século XVIII persiste preservada, estruturada por três largos triangulares: o da Matriz, do Chafariz de Cauda, e do Largo do Rosário. (VALIO; MADEIRA, 2007)

As minas de ouro entraram em declínio no século XIX, causando decadência no crescimento e desenvolvimento da cidade. Com o passar do tempo, chega da Europa novos estilos: Neoclássico, Eclético e Neogótico, representado pela Igreja do Rosário, que foi reconstruída em 1920 no lugar onde existia uma igreja do século XVIII. E no século XX algumas residências são construídas com elementos artísticos do *Art Nouveau* e *Art Déco*. (VALIO; MADEIRA, 2007)

Figura 23 - Estilo colonial e neocolonial.



Fonte: MADEIRA, Fernando. VALIO, Walter. *Nova Carta à Cidade de Goiás*. 2ª Edição. Publicação Técnica da Superintendência do IPHAN em Goiás. Brasília, 2007.

Figura 24 - Organização Urbana de acordo com as ordens urbanísticas vindas de Portugal.



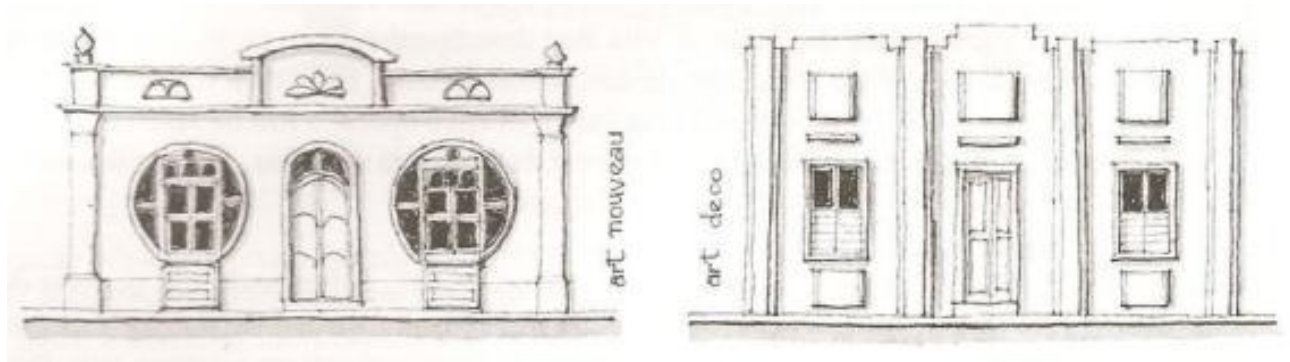
Fonte: MADEIRA, Fernando. VALIO, Walter. *Nova Carta à Cidade de Goiás*. 2ª Edição. Publicação Técnica da Superintendência do IPHAN em Goiás. Brasília, 2007.

Figura 25 - Estilo neoclássico e eclético



Fonte: MADEIRA, Fernando. VALIO, Walter. *Nova Carta à Cidade de Goiás*. 2ª Edição. Publicação Técnica da Superintendência do IPHAN em Goiás. Brasília, 2007.

Figura 26 - Estilo art nouveau e art déco.



Fonte: MADEIRA, Fernando. VALIO, Walter. *Nova Carta à Cidade de Goiás*. 2ª Edição. Publicação Técnica da Superintendência do IPHAN em Goiás. Brasília, 2007.

Figura 27 - Estilo neogótico.

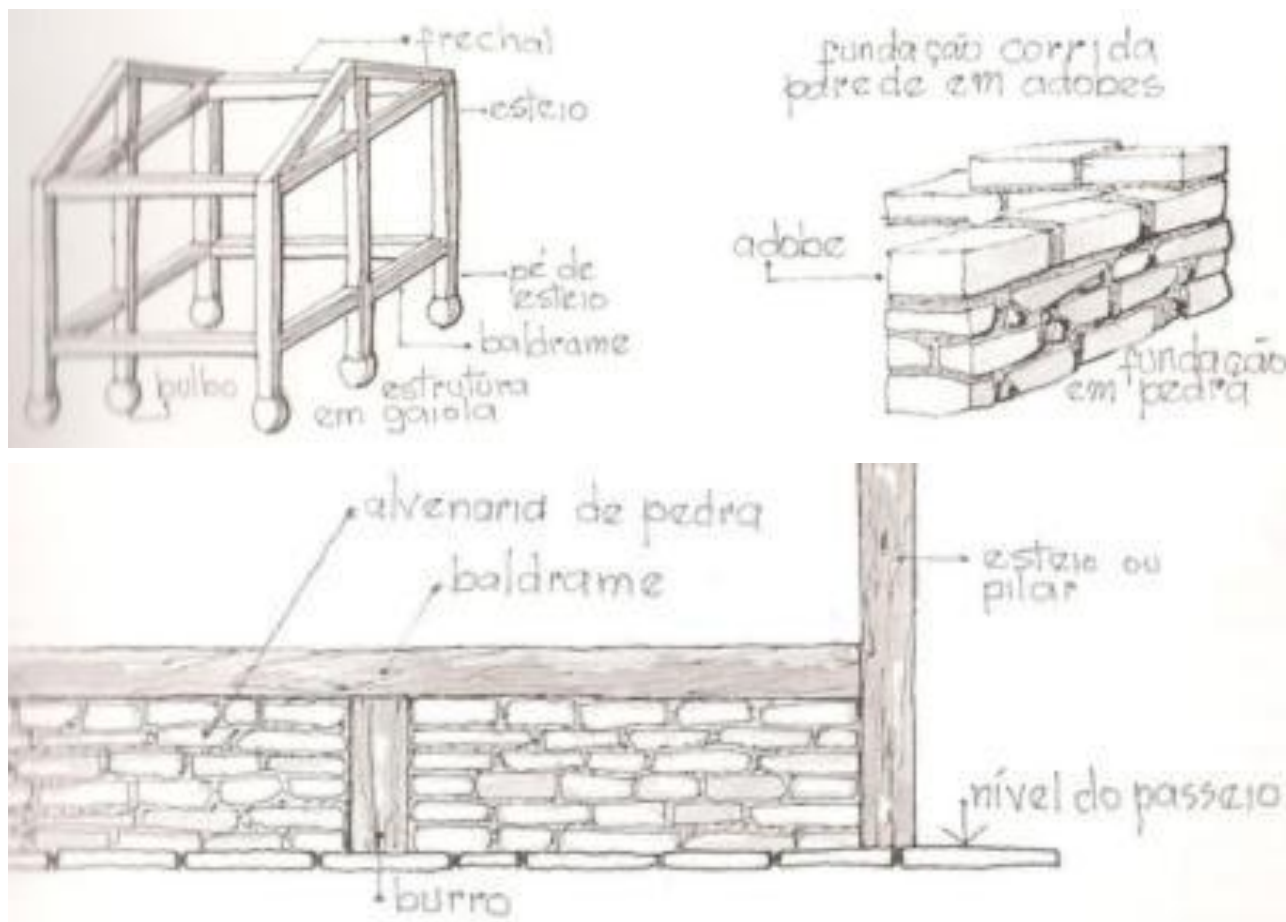


Fonte: autora da pesquisa.

A fundação das edificações não requeria métodos especiais já que não existia tráfego de veículos pesados. Na Cidade de Goiás predomina-se a fundação corrida, fundação em pilares ou esteios de madeira.

Várias vezes esses processos eram combinados formando um sistema misto. Fundação corrida é aquela que é contínua, sem interrupção e em geral, era feita de pedra. A carga é toda distribuída uniformemente. As de madeiras são pontuais e os pés de esteio terminam em bulbo na sua parte mais funda. A carga aí é concentrada em cada pé. (MADEIRA e VALIO, 2007, p. 16).

Figura 28 - Tipos de fundação existente em Goiás.



Fonte: MADEIRA, Fernando. VALIO, Walter. Nova Carta à Cidade de Goiás. 2ª Edição. Publicação Técnica da Superintendência do IPHAN em Goiás. Brasília, 2007.

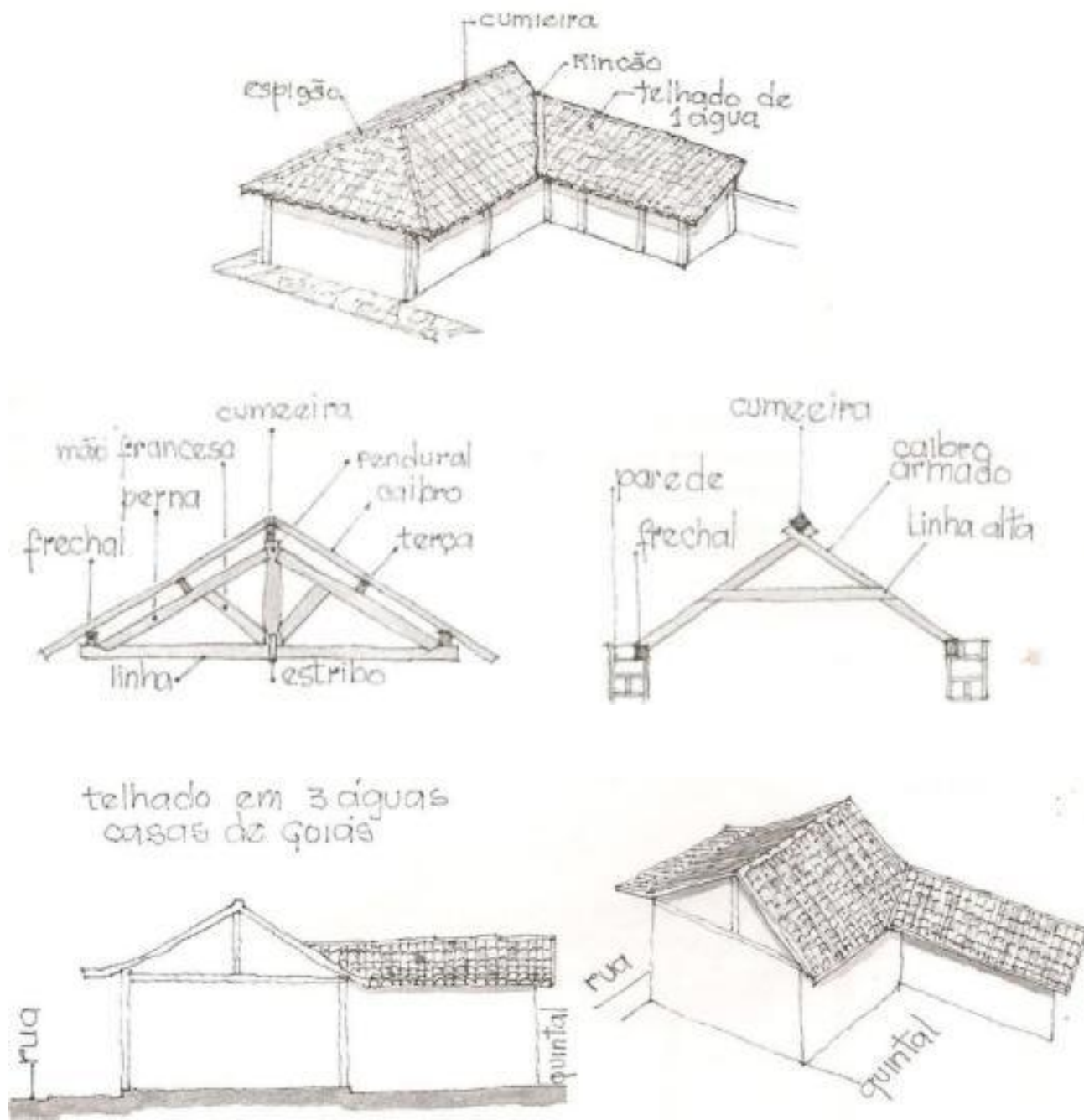
As edificações coloniais na Cidade de Goiás têm suas paredes construídas com adobes, em pau-a-pique, ou em taipa de pilão. A partir da segunda metade do século XX começou a se utilizar tijolos cozidos e blocos de cimento e areia. Os telhados são de telhas de barro, do tipo colonial ou francesa.

O engradamento que suporta as telhas era sempre de madeira, formada por peças que trazem os nomes de linha, perna, cumeeira, terça, frechal, pontalete, caibro e ripa. Estas peças, de forma e espessuras diferenciadas, cumprem cada qual sua função na organização estrutural do telhado. O tipo mais comum é o de estrutura com linha alta, também chamada de caibro armado, muito utilizado nas igrejas ou mesmo edifícios de maior porte. A grande maioria do casario, com unidades alinhadas de frente para a rua e de parede meia, as cumeeiras, terças e frechais se apoiavam sobre as paredes. (MADEIRA e VALIO, 2007, p. 22).

As casas, majoritariamente térreas, são geminadas (parede-meia), com telhados em duas águas, vãos dispostos em ritmos contínuos e frontarias com beirais, que têm a função de jogar as águas da chuva para fora da calçada; longe das fachadas; o que nem sempre conseguem. O esquema imposto pela administração colonial regulou a construção das casas sem recuos frontais ou laterais, seguida a casa pelo quintal que avança até os becos ou travessas. Assim construídas, coladas nas ruas e umas nas

outras, facilitam a interpenetração do público no privado e vice-versa, o que dá um tom peculiar à cidade ainda no século XXI. (TAMASO, 2015, p 171).

Figura 29 - Detalhamentos de como eram executados os telhados nas edificações históricas na Cidade de Goiás.

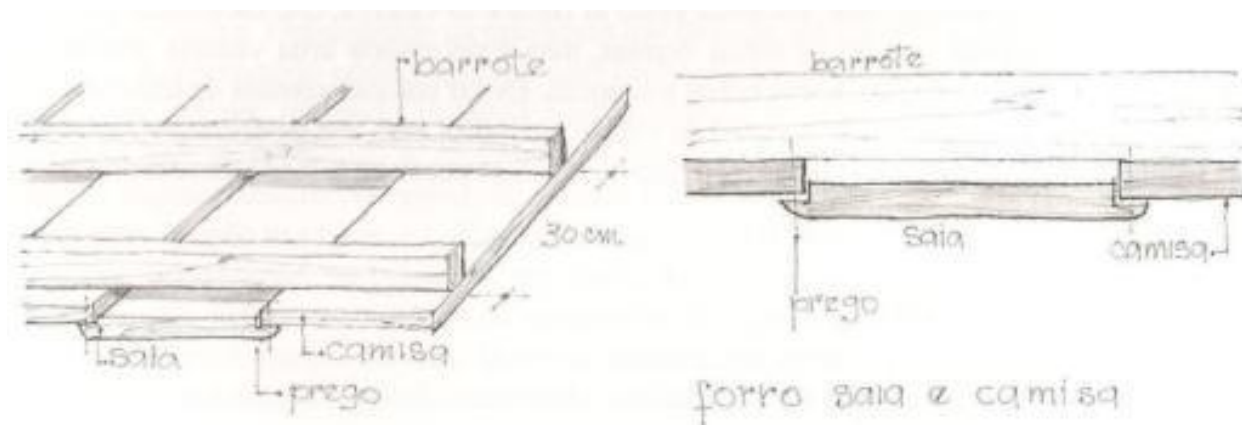


Fonte: MADEIRA, Fernando. VALIO, Walter. Nova Carta à Cidade de Goiás. 2ª Edição. Publicação Técnica da Superintendência do IPHAN em Goiás. Brasília, 2007.

Os forros mais comuns do casario da Cidade de Goiás eram de madeira (figura 27), seguindo o sistema saia e camisa - onde as tábuas se encaixam uma por baixo e outra por

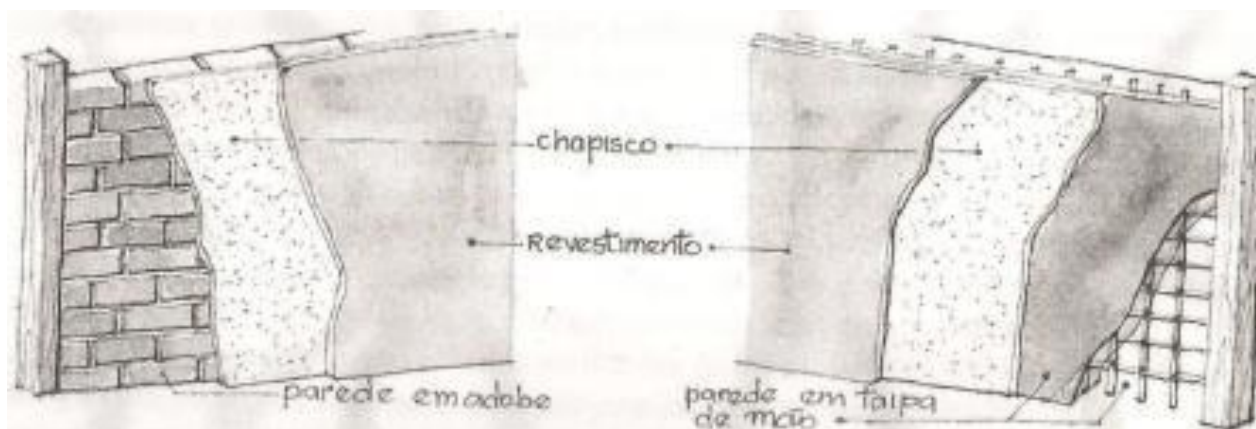
cima, os trançados, e os de estuque – nas casas alguns possuíam pintura de cenas cotidianas. Os revestimentos das casas eram de uma argamassa feita de cal virgem, areia e água (figura 28). As primeiras casas tinham o piso de chão batido, com o tempo o piso passou a ser de madeira, ladrilho hidráulico e de tijoleira.

Figura 30 - Forro de madeira com barroto.



Fonte: MADEIRA, Fernando. VALIO, Walter. *Nova Carta à Cidade de Goiás*. 2ª Edição. Publicação Técnica da Superintendência do IPHAN em Goiás. Brasília, 2007.

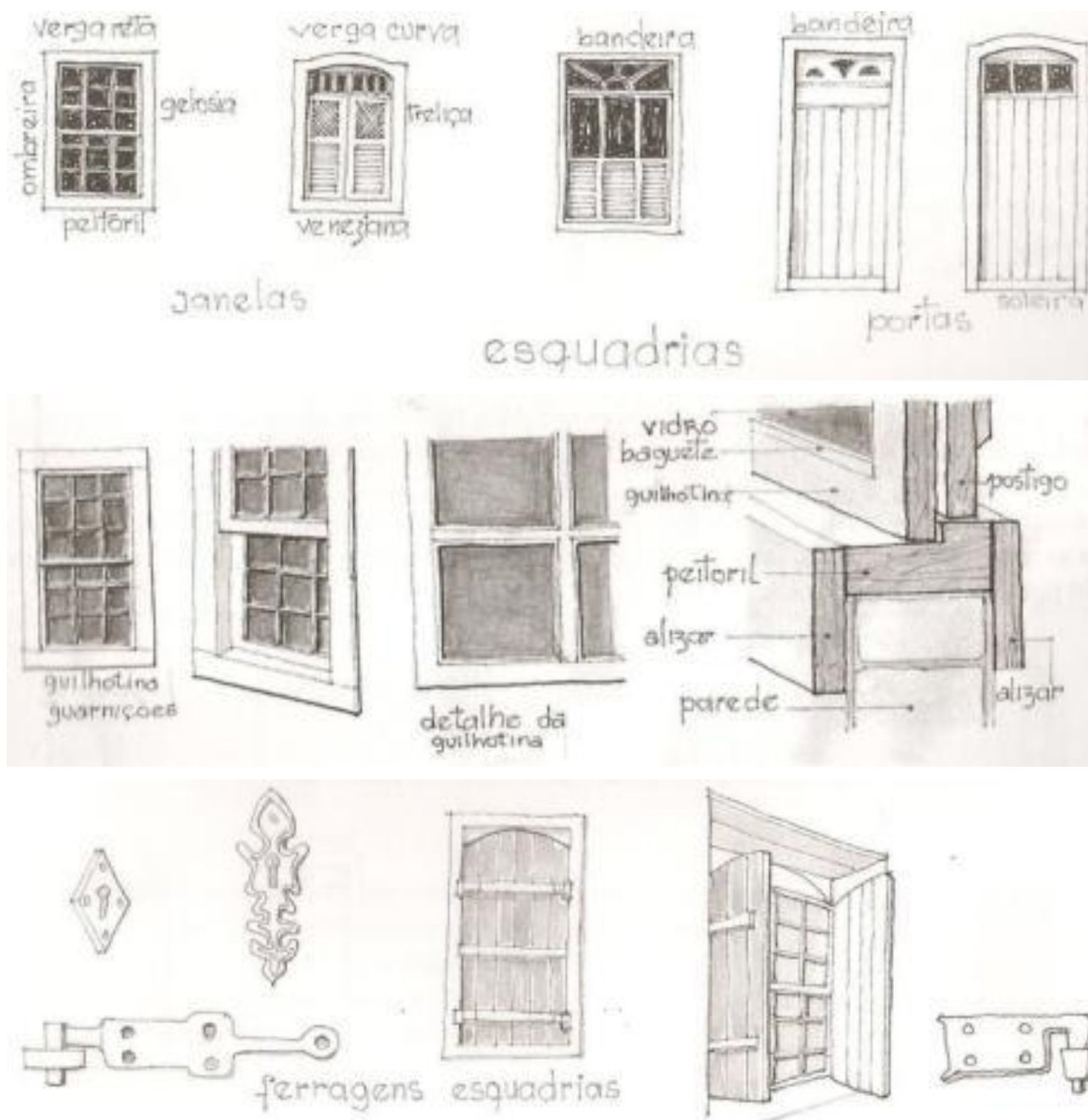
Figura 31 - Execução de revestimento em alvenarias coloniais na Cidade de Goiás



Fonte: MADEIRA, Fernando. VALIO, Walter. *Nova Carta à Cidade de Goiás*. 2ª Edição. Publicação Técnica da Superintendência do IPHAN em Goiás. Brasília, 2007.

Existem na Cidade de Goiás vários tipos de esquadrias, todas feitas em madeira, podem ser: verga reta, curvas em canga de boi, em arco pleno ou abatido, janelas redondas, envidraçadas, venezianas, gelosias ou guilhotinas, com folhas cegas, em calhas, ou lisas.

Figura 32 - Tipos de esquadrias existentes na Cidade de Goiás.



Fonte: MADEIRA, Fernando. VALIO, Walter. *Nova Carta à Cidade de Goiás*. 2ª Edição. Publicação Técnica da Superintendência do IPHAN em Goiás. Brasília, 2007.

2.3. Etapas das políticas de proteção ao patrimônio na Cidade de Goiás

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás é tombado pela União; com inscrições nº 073, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (18/09/1978); nº 529, no Livro do Tombo de Belas Artes (18/09/1978); e nº 463, no Livro do

Tombo Histórico (18/09/1978) – Processo nº 0345-T-42; teve seu tombamento rerratificado em 2004. (IPHAN)

Os primeiros edifícios selecionados foram os de maior expressão do período colonial e sendo o perímetro urbano do Largo do Chafariz, a Rua da Fundação e monumentos isolados, em 1950/1951. Em 1978 o conjunto urbano considerado como Patrimônio se expandiu e toda a rota histórica foi inserida no tombamento. (IPHAN)

Gustavo Neiva Coelho (1996) esclarece que desde a Carta Régia de 1736 a orientação real não demonstrou qualquer intenção em transpor pra Goiás as características atuantes no continente europeu, e que “as ruas estreitas, com fachadas monotamente semelhantes, apresentam outra característica: as semelhanças das fachadas estendem-se também às plantas originais e à organização dos pátios e dos quintais”. (p. 36)

Durante o processo de reconhecimento da cidade de Goiás como Patrimônio Mundial, considerou-se que a preservação da arquitetura vernacular, que com passar de séculos permaneceu pouco alterada. Durante o processo de avaliação observou-se o nível de integridade dos imóveis pertencentes ao conjunto, descrito por Gustavo Neiva Coelho (1996) como:

As casas construídas em alvenaria, de taipa, adobe ou tijolo, rebocadas e caiadas de branco, tendo os enquadramentos de portas e janelas executados em madeira e pintados com cores fortes e variadas, apresentam enorme semelhança com o encontrado por Moutinho no interior de Portugal e que ele classifica como Arquitetura Popular Portuguesa. (p. 36)

Em 2001 foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial, inscrito durante a 25ª Reunião da UNESCO, entre 11 e 16/12/2001, em Helsinque – Finlândia, com número de identificação 993Rev; sob o critério II – “em sua organização e arquitetura a Cidade Histórica de Goiás é excelente exemplo de uma cidade européia admiravelmente adaptada às condicionantes climáticas, geográficas e culturais no centro da América do Sul”; e o critério IV – “Goiás representa a evolução do urbanismo e da arquitetura características dos assentamentos coloniais da América do Sul, fazendo pleno uso dos materiais e técnicas locais e conservando sua situação excepcional”.

Em 2004 houve a rerratificação do tombamento, com expansão da área tombada e área de entorno, e inclusão das chácaras urbanas, consideradas o “cinturão verde” que emoldura o conjunto tombado.

O tombamento do Conjunto tem como fundamento legal o Decreto Lei nº25/1937, e suas intervenções pautadas pela Portaria Regional IBPC nº 001/1993, no qual destacamos:

Artigo 1º - Para efeito da proteção do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Goiás [...]

Parágrafo 1º - A realidade física-territorial correspondente ao patrimônio imóvel sob proteção federal, a que se refere o caput deste artigo, é compreendida como o meio ambiente urbano, natural e construído, representativo da soma dos períodos históricos da Cidade de Goiás, desde sua fundação como Arraial de Sant'Anna, até a mudança da capital do estado de Goiás para Goiânia. [...]

Artigo 2º - A preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás e de seu Entorno, será assegurada pela proteção, conservação, manutenção e revitalização das características culturais da cidade, presentes nos elementos construtivos – Implantação no terreno, arruamento, correr dos edifícios alinhados à rua, sistemas construtivos – próprios da região[...]

Artigo 3º - Para os efeitos do Decreto-Lei nº 25 e da presente Instrução Regional, serão preservados dentro da área de tombamento: [...]

Parágrafo 2º - A volumetria das edificações, inclusive nos acréscimos admissíveis para a ocupação das áreas livres dos terrenos existentes, obedecidos os demais critérios desta Portaria e normas federais, estaduais e municipais incidentes.

Parágrafo 3º - As fachadas e telhados existentes. Para as novas construções, inclusive acréscimos, deverão utilizar materiais similares à vizinhança próxima, ou compatíveis, à critério do IBPC [atual IPHAN]. [...]

Parágrafo 11 – Para as intervenções em edificações existentes na área tombada, serão exigidas a manutenção, ou conservação, ou restauração, conforme a necessidade do imóvel.

Parágrafo 12 – Os materiais e técnicas utilizados nas restaurações deverão ser os tradicionais. Quando porém essas técnicas e materiais revelarem-se insuficientes para garantir a consolidação da edificação, poderão ser empregadas técnicas modernas de eficácia comprovada. [...]

Artigo 11 – O IBPC [atual IPHAN] poderá estabelecer, em casos especiais, outras normas específicas, desde que necessárias à melhor preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás.





A Portaria Regional IBPC (atual IPHAN) nº001/1993 regulamenta as intervenções a serem realizadas na área tombada e no entorno do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás, apresentando as diretrizes sobre questões relativas aos materiais a serem empregados, preservação das técnicas construtivas tradicionais, áreas não edificantes próximas aos córregos e rios, e ainda estabelece que quando as técnicas tradicionais demonstrarem-se insuficientes para a restauração ou consolidação da edificação poderão ser empregadas novas técnicas que tenham sua eficácia comprovada.

Desta forma, divide-se o perímetro tombado e seu entorno em setores nos quais cada área possui normas que controlam as intervenções e dispõem parâmetros conforme a interferência, valor atribuído e nível de preservação, preservando a paisagem protegida, preocupando-se com as interferências físicas e visuais das ações empreendidas naqueles setores. Em 2004 com a rerratificação do tombamento a setorização se dividiu em duas partes: área tombada e área de entorno do bem tombado.

Figura 33 - Mapa da cidade de Goiás em 1979 representando os setores conforme indicado na Portaria Regional nº001/1993, antes da rerratificação do tombamento realizada em 2004.

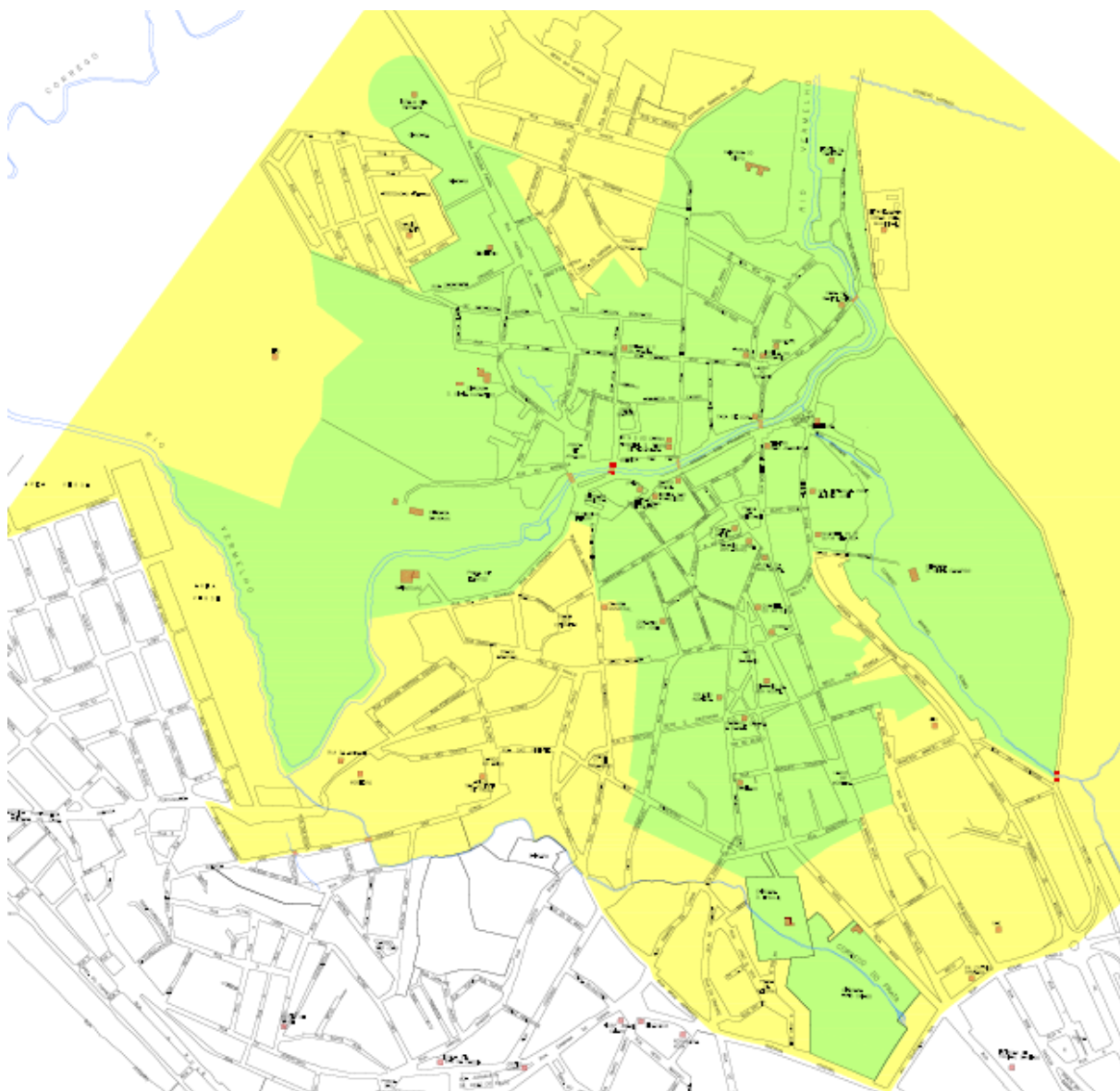


Legenda

-  Área Tombada
-  Setor A - Área de Interesse Ambiental e ecológico.
-  Setor B - Sub-áreas urbanas já adensadas.
-  Setor C - Sub-áreas constituídas até meados do séc. XIX.

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Dossiê de Goiás.

Figura 34 - Mapa da cidade de Goiás após rerratificação das poligonais de tombamento e entorno. Hachura verde indica área tombada, e hachura amarela indica área de entorno do bem tombado.



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPITULO 03 – ESTUDO DE CASO

3.1. Residência Unifamiliar – Rua Monsenhor Azevedo nº07 – Goiás/GO

A residência localizada à Rua Monsenhor Azevedo nº07 trata-se de habitação unifamiliar de propriedade privada, sendo herança de família, residida atualmente pela senhora Romana Avelina.

O imóvel em estudo possui proteção federal efetivada por meio de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com fundamento legal pautado no Decreto Lei nº25/1937, pertencente ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás, reconhecido pela Unesco como Patrimônio Mundial em 2001.

A residência pertence ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás, tendo como número de processo de tombamento nº0345-T-42. O conjunto está inscrito no Livro Belas Artes nº inscrição: 529, Vol. 1, F.097-099, data: 18/09/1978; Livro Histórico nº inscrição: 463, Vol. 1, F. 078, data: 18/09/1978; Livro Arqueológico/Etnográfico/Paisagístico. nº inscrição: 073, Vol. 1, F. 017 , data: 18/09/1978.

Figura 35 – Imagem satélite do Conjunto Histórico da cidade de Goiás, poligonal de Tombamento em cor vermelha e poligonal de entorno cor amarelo. Seta e poligonal laranja indicam localização do imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07.



Fonte: Google Earth com edição do IPHAN/GO.

Figura 36 – Imagem aérea da cidade de Goiás/GO. Poligonal amarela indica localização do imóvel situado à Rua Monsenhor Azevedo nº07.



Fonte: Google Earth com edição do autor.

Imóvel de uso residencial, tipologia civil e arquitetura singela, possui apenas um pavimento e encontra-se implantando no limite frontal do lote e sem recuos laterais. A cobertura do corpo principal do imóvel é constituída de telha cerâmica, do tipo colonial capa-canal, com cumeeira paralela ao eixo da rua, e cobertura dos fundos em uma água com inclinação voltada para o Beco Ouro Fino. O beiral é finalizado por “cachorros”. A fachada frontal possui três vãos em verga de reta, sendo uma porta e duas janelas fabricadas em madeira, com caixilhos de madeira e vidro tipo “guilhotina”. A planta do imóvel constitui um exemplar clássico da arquitetura colonial da cidade de Goiás, consistindo a forma de “L” em sua configuração. Na lateral posterior ao corpo do imóvel há um muro constituído de adobe, pedra e taipa, revelando um exemplo de referência e valor inestimável para o conjunto tombado.

Figura 37 – Imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07 - Goiás/GO.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura 38 - Muro pertencente ao imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07. Nota-se presença de técnicas construtivas tradicionais como: adobe, taipa e pedra.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Ao realizar a visita ao imóvel, efetuada juntamente com a proprietária, senhora Romana, notou-se a ocorrência de diversas patologias, como fissuras, desprendimento de

reboco e muita umidade ascendente nos cômodos onde há piso cerâmico. Estas patologias podem indicar a movimentação das paredes, apodrecimento dos elementos estruturais.

Figura 39 – Interior do Imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07. Nota-se presença de umidade ascendente, trincas e fissuras. Registro do ambiente sala de estar no qual foi relatada a substituição do piso em assoalho por piso cerâmico sobre aterro.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Durante a visita, a senhora Romana relatou que é a casa onde morou com seus pais e irmãos, e após o falecimento deles, hoje vive sozinha. Ela relatou também o histórico que leva na memória quanto as intervenções de reforma realizada por seus pais a muitos anos atrás (não se lembra ao certo quando), mas relatou que “antigamente a sala, o quarto e o corredor possuíam piso em assoalho de madeira, e inclusive existiam furos nas paredes abaixo do piso para promover a respiração delas”. Dona Romana relatou ainda que “as janelas para os fundos em metalon e vidro não existiam, a área era aberta existindo somente um balcão em alvenaria sem nenhum fechamento”.

Figura 40 – Interior do Imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07. Nota-se presença de trincas, fissuras, desprendimento do reboco em trechos inferiores da alvenaria e umidade ascendente.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura 41 – Interior do Imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07. Nota-se presença de trincas, fissuras, pintura soltando e desprendimento do reboco em trechos inferiores da alvenaria e umidade ascendente.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura 42 – Interior do Imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07. Nota-se presença de umidade ascendente e presença de esquadrias em metal e vidro na face voltada para o corredor lateral.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Durante a visita foi possível perceber intervenções simples, mas que mostraram-se incompatíveis com a técnica construtiva tradicional, como a aplicação de cimento no revestimento das alvenarias. Dona Romana relata que “foram remendos realizados com objetivo de reparar os trechos danificados”, e ela explanou ainda que “acreditava que o cimento seria mais forte e mais resistente do que a cal”.

Figura 43 – Interior do Imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07. Nota-se presença de umidade ascendente e aplicação de cimento na massa de revestimento da parede no trecho inferior.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

As alvenarias coloniais possuem alto potencial higroscópico, ou seja, grande capacidade de absorção de água. Para a devida manutenção de paredes, há de se garantir a evaporação/ secagem desta água, e por este motivo deve-se fazer o uso de argamassas confeccionadas em cal e areia, sem adição de cimento. O uso de argamassas com cimento em sua composição é inadequado por promover a retenção da umidade no interior das paredes.

Figura 44 – Corredor lateral do imóvel localizado à Rua Monsenhor Azevedo nº07. Nota-se presença de umidade ascendente e presença de esquadrias em metal e vidro na face voltada para o corredor lateral.



Fonte: O próprio autor, 2018.

Cabe acrescentar que a Portaria Regional IBPC nº 001/1993 em seu Art. 2º estabelece que:

A preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás e de seu Entorno, será assegurada pela proteção, conservação, manutenção e revitalização das características culturais da cidade, presentes nos elementos construtivos – Implantação no terreno, arruamento, correr dos edifícios alinhados à rua, sistemas construtivos – próprios da região durante os séculos dezoito e dezenove, aos quais associaram-se elementos formais arquitetônicos deste século, sem contudo, alterar a substância anterior.

Deste modo aplica-se que se a substituição do assoalho por piso cerâmico realizada após a data de publicação da referida portaria, caracterizaria dano ao bem tombado, por enquadrar-se junto às técnicas construtivas tradicionais.

Desta forma, com o decorrer do tempo e ao passar de vários anos (Dona Romana não soube relatar quantos), essa alteração provocou/acelerou o processo de degradação das técnicas construtivas restantes.

O piso em assoalho de madeira desenvolve importante função na manutenção dos imóveis edificados em técnicas construtivas tradicionais do período colonial. Eles promovem a devida aeração e evaporação da umidade no interior das paredes, evitando assim o desgaste dos materiais do sistema construtivo.

Quanto as esquadrias voltadas para os fundos, inseridas posteriormente, nota-se que não provocou danos estruturais, e que as peças não são visíveis dos logradouros e de demais visuais do conjunto tombado, sendo assim, aceitável, e que para o tempo que foram instaladas, a proprietária relatou que os benefícios de conforto foram benéficos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Goiás é um exemplar da arquitetura vernacular do século XVIII e representa o início da ocupação do centro-oeste do país. Reconhecida pela Unesco como Patrimônio Mundial o conjunto tombado traz consigo elementos de valor inestimável para toda a humanidade.

A construção do território brasileiro foi realizada a partir do espaço delimitado pela costa atlântica e pela linha do Tratado de Tordesilhas, que foi progressivamente estendida até os rios da Prata e Paraguai, culminando com a ocupação do interior. Da periferia para o centro. Os primeiros responsáveis por essa construção foram os bandeirantes paulistas que, em busca de ouro, ocuparam o que constituem hoje os Estado de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Das duas primeiras capitais que marcaram o começo dessa aventura, Cuiabá (...) e Goiás (...), apenas Goiás conservou uma estrutura urbana e arquitetura que remontam ao século XVIII, e a paisagem que a cerca permaneceu idêntica àquela encontrada pelos bandeirantes. Goiás é assim a última testemunha desse capítulo fundamental da história do Brasil. (Dossiê IPHAN)

A harmonia do conjunto histórico de Goiás se dá por sua feição urbana singela e uso de materiais locais, com edificações térreas e raros sobrados, construídos em adobe, taipa, pau-a-pique, pedra, e madeira, que se adaptaram ao relevo naturalmente acidentado.

A conservação dos bens históricos é primordial para a preservação da história da humanidade. A degradação sofrida por diversos fatores externos deve ser amenizada com a manutenção diária dos monumentos, e intervenções que sejam aplicadas de forma coerente ao sistema construtivo e a estética original.

A Carta de Veneza em maio de 1964 reuniu artigos que visaram a salvaguarda dos monumentos, estabelecendo parâmetros de uso e de restauro que mantenham a autenticidade da obra, conservando os valores estéticos e históricos do monumento. A carta assegura que se não for possível utilizar as técnicas tradicionais, deve-se fazer a consolidação do monumento com técnicas modernas comprovadas e aprovadas. A substituição de peças deve agir harmonicamente com as peças antigas, distinguindo-se das originais.

Artigo 11º - As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade de alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento de valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto. (Carta de Veneza, maio de 1964).

A prática da pesquisa com a metodologia da oralidade traz para o trabalho mais sensibilidade e perceptividade promovendo uma relação humana e sensível com o objeto que está sendo produzido. De acordo com Marieta Ferreira e Janaína Amado (1996), “abordar o fenômeno da oralidade é ver-se defronte e aproximar-se bastante de um aspecto central da vida dos seres humanos: o processo da comunicação, o desenvolvimento da linguagem, a criação de uma parte muito importante da cultura e da esfera simbólica humanas.” (AMADO, FERREIRA, 1996. p. 44).

Não obstante, o contato direto com a matéria de estudo, com a visita ao local que experimentou as intervenções mostra o que a pesquisa realizada em bibliografias de diversos autores explica e torna a experiência da pesquisa ainda mais fascinante.

O uso de materiais contemporâneos como cimento, metal, vidro, quando feito de forma harmoniosa, racional e adequada, não provoca danos ao edifício e promove melhoria da salubridade e conforto ao morador. Porém quando a inserção desses materiais é realizada à revelia sem acompanhamento técnico, pode trazer consequências desfavoráveis a estrutura e revelar o aceleração da degradação das técnicas tradicionais que são incompatíveis aos procedimentos adotados.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- BRAGA, Márcia. *História e evolução conceitual do restauro arquitetônico*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. 2º ed. São Paulo, Ateliê, 2004.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. .
- COELHO, Gustavo. *Goiás, uma reflexão sobre a formação do espaço urbano*. Goiânia: UCG, 1996.
- COLIN, Silvio. *Tipos e padrões da arquitetura civil colonial*. Disponível em: <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2011/05/08/tipos-e-padroes-da-arquitectura-civil-colonial-ii>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 3º ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- DEBARBA, Luís. GREGORY, Angélis. FRANKEN, Angela. BRUXEL, Daniela. *Período Colonial*. Disponível em: <http://arquitracobrasil.wordpress.com/periodo-colonial-1530-a-1830>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- GUILLAUD, Hubert. *Construir em terra crua: técnicas antigas e modernas – Architecturas de terra: ou o futuro de uma tradição milenar*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- IPHAN/Minc. Dossiê – *Proposição de inscrição da cidade de Goiás na lista do patrimônio mundial*. 1999.
- IPHAN. *Manual de conservação preventiva para edificações*. Rio de Janeiro: Grupo Tarefa/Programa Monumenta-BID, 1999.
- IPHAN. *Tópicos de conservação preventiva. Caderno 06. Edifícios que abrigam coleções*. Willi de Barros Gonçalves, Luiz Antônio Cruz Souza e Yacy-Ara Froner. Belo horizonte/MG. UFMG. 2008
- IPHAN. *Manual de Elaboração de Projetos*. Caderno técnico 01. Programa Monumenta. 2005.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização – Problemas Teóricos do Restauro*. 2ª ed. Cotia/SP: Ateliê / FAPESP, 2008.

LUSA, Aline. *Arquitetura Colonial*. Disponível em: <http://arquiBrasil.wordpress.com/2009/09/29/arquitetura-colonial/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MADEIRA, Fernando. VALIO, Walter. *Nova Carta à Cidade de Goiás*. 2ª Ed. Publicação Técnica da Superintendência do IPHAN em Goiás. Brasília, 2007.

MATHEUS, João Mascarenhas. *Contribuição para um melhor conhecimento da história do fabrico do tijolo*. Pedra e Cal. Lisboa nº 4, 1999.

MENDES, Chico. VERISSIMO, Chico. BITTAR, Willian. *Arquitetura no Brasil: Dos sistemas construtivos do Brasil colonial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

OLIVEIRA, Karine. *Parâmetros Urbanísticos e a Preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2014.

PALACIN, Luis. *Goiás 1722-1822 – Estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. 2ª ed. Goiânia: Oriente, 1976.

RECENA, Fernando Antonio Piazza. *Técnicas aplicáveis a trabalhos de restauração de edificações de interesse histórico e cultural*. Porto Alegre: CIENTEC, 2014.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. *Técnicas construtivas nas alvenarias históricas, no Brasil.. In: BRAGA, Márcia (org.) Conservação e restauro: Arquitetura Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem à Província de Goiás*. 1779 – 1853. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SILVA, Ana Marina. *Requalificação Urbana - O exemplo da intervenção Polis em Leiria*. Universidade de Coimbra, 2011

SILVA, Fernando Fernandes da. *As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. 2ª ed. Pereirópolis/São Paulo: Edusp, 2003.

TAMASO, Izabela. *Os Patrimônios como Sistemas Patrimoniais e Culturais: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás*. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, Ano 19, 26 (2), p. 156-185, 2015.

TELLES, Augusto. *et. al. Arquitetura na formação do Brasil*. 2ª Ed. Brasília: UNESCO, IPHAN, 2008.

VASCONCELLOS, Sylvio. *Arquitetura do Brasil: Sistemas Construtivos*. Belo Horizonte, UFMG, 1979.